

Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil

Natacha Rena, Maira Ramirez, Danilo Barbosa e Henrique Porto*

Resumo

Este artigo é fruto de uma investigação realizada pelos membros do Projeto de Pesquisa Geopolítica e Territórios para a Conferência “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/ estrangeirização”, parte da disciplina “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas”, coordenada pelo professor Thomas Bustamante da Universidade Federal de Minas Gerais, durante o segundo semestre do ano de 2018. O material produzido para a Conferência continha uma análise geopolítica do Golpe sofrido pelo Brasil e consolidado no formato de Impeachment da Presidenta Dilma em 2016. Parte dessa produção foi sistematizada e registrada neste texto. A principal base na qual este estudo se apoia é o entendimento de que o Brasil é um território em disputa por diferentes agentes internacionais que influenciaram diretamente na construção do Golpe. Blocos geopolíticos hegemônicos atuam desestabilizando os poderes nacionais de países periféricos e desrespeitando sua soberania, com a finalidade de acumulação de riquezas por elites globais dentro de uma lógica neoliberal. Entende-se que, para que seja possível o desenvolvimento de uma análise geopolítica desta profundidade, alguns conceitos-base devem ser abordados a fim de elucidar hipóteses construídas pelo grupo. Assim, a primeira parte de ambos os trabalhos é formada por uma espécie de glossário destinado a um debate teórico sobre os termos Geopolítica, Globalização, Neoliberalismo, Império, Imperialismo e Eurásia. Após tal abordagem e elucidação, parte-se para a segunda etapa do processo que conta com a construção de 13 hipóteses sobre o que os autores entendem por Golpe internacional, divididas em seis categorias temáticas: Geopolítica, Corrupção, Financeirização, Política Social, Crise da representação/ anti-política, Estrangeirização. Tais hipóteses foram elaboradas tendo como princípio a fala da Presidenta Dilma na aula inaugural da Conferência aqui tratada, da qual foram destacados os elementos vinculados à temática da geopolítica e do neoliberalismo. Trechos desta fala foram transcritos e estão registrados neste artigo vinculados à hipótese correspondente. Vale ressaltar que, durante a exposição realizada na Conferência, as 13 hipóteses foram abordadas e quatro delas foram selecionadas para serem abordadas neste material, por serem consideradas fundamentais para a compreensão de um Golpe internacional. São elas: HIPÓTESE 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial; HIPÓTESE 06: O Golpe é financeiro; e hipóteses 12 e 13 de forma condensada, formando a HIPÓTESE 12/13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar os recursos naturais, empresas estatais e também (estrangeirizar) empresas privadas. (ficou confuso essa opção, sugiro: “e HIPÓTESES 12 e 13, tratadas em conjunto: O Golpe é para estrangeirizar / privatizar os recursos naturais, empresas estatais e, também, estrangeirizar empresas privadas”.

Palavras-chave: Geopolítica. Globalização. Império e Imperialismo. Neoliberalismo. Golpe no Brasil em 2016

Abstract

This article is a result of an investigation made by the members of the Research Project “Geopolítica e Territórios” for the lecture “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/ estrangeirização”, part of the subject “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas”, coordinated by professor Thomas Bustamante, from Universidade Federal de Minas Gerais, during the second semester of the year of 2018. The material produced for the lecture had a geopolitical analysis of the Coup suffered in Brazil and consolidated in the form of an Impeachment of President Dilma Rousseff in 2016. Part of this production was organized and registered in this text. The main basis in which this study stands is the understanding that Brazil is a territory in dispute by many different international agents that had direct influence in the construction of the Coup. Geopolitical hegemonic blocs act weakening the national powers of peripheral countries disrespecting their sovereignty, with the purpose of accumulating riches by global elites within a neoliberal logic. It is understood that, for the development of a geopolitical analysis of this depth, some key concepts have to be addressed in order to elucidate the hypotheses constructed by the group. Thus, the first part of both works is formed by some kind of glossary destined for a theoretical debate concerning the terms Geopolitics, Globalization, Neoliberalism, Empire, Imperialism and Eurasia. After such approach and elucidation, the text heads to the second stage of the process that rely on the construction of 13 hypotheses about what is understood as an international Coup divided in six theme categories: Geopolitics, Corruption, Financerization, Social Politics, Representational Crisis/anti-politics, Foreignization. Such hypotheses were elaborated having as a principle the speech of President Dilma in the inaugural lecture of the Conference here addressed, from which the elements linked to the themes of geopolitics and neoliberalism were highlighted. Parts of this speech were transcribed and are registered in this article linked to the corresponding hypotheses. It is worth to emphasize that during the exposition made in the conference the 13 hypotheses were addressed, however four of them were selected to be addressed in this material, for being considered fundamental for the comprehension of an international Coup. Them being: HYPOTHESIS 01: The Coup is to interrupt the dispute of Brazil for the hegemony in global geopolitics; HYPOTHESIS 06: The Coup is financial; and hypotheses 12 and 13 that were condensed, forming HYPOTHESIS 12/13: The Coup is to foreignize/privatize the natural resources, state-owned companies and also (foreignize) private companies.

Keywords: Geopolitics, Globalization. Empire and Imperialism. Neoliberalism. Coup in Brazil in 2016.

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normatiza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa fazem parte do governo mundial que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial.

Quando se fala em mundo, está se falando, sobretudo, em mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive da natureza; mercado das idéias, inclusive da ciência e da informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado. Se essa convivência conhece uma regulação exterior, esta se combina com formas nacionais e locais de regulação. O conflito entre essas normas deve, hoje, ser um dado fundamental da análise geográfica. Antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e distanciam-se. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território.

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas.

(SANTOS, 2005, p. 142 - 143).

Introdução

Este texto é resultado da preparação de material para compor a Conferência “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização” como parte da disciplina – “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas” – composta por 30 conferências de professores da UFMG, além da e aula inaugural da Presidenta Dilma. Esta disciplina, coordenada pelo professor Thomas Bustamante, aconteceu na UFMG durante o segundo semestre letivo de 2018.

Para construção da Conferência, num primeiro momento, desenvolvemos uma espécie de glossário com conceitos fundamentais para a compreensão do aspecto geopolítico do Golpe de 2016 no Brasil, trazendo breves descrições sobre termos como: geopolítica e globalização, Império, Imperialismo e Neoliberalismo. Num segundo momento, sistematizamos uma metodologia específica para organização do conteúdo da Conferência: (i) transcrição de partes da Conferência de Abertura proferida pela presidenta Dilma Rousseff, sobretudo questões que envolvem soberania nacional, financeirização e estrangeirização/desnacionalização; (ii) fichamento do conteúdo em um documento de texto e em seguida, (iii) realização de grifos nos trechos com cores para separar em categorias criadas na organização temática. A partir daí, preparamos uma tabela contendo dados que ilustrassem as falas da Presidenta, utilizando categorias temáticas supracitadas em uma primeira coluna, trechos da fala da Presidenta Dilma em uma segunda coluna e dados complementares que pudessem nos auxiliar com a comprovação de algumas de nossas hipóteses sobre o Golpe de 2016 extraídos de diversos artigos, matérias e livros em outras colunas.

Depois da sistematização deste material de pesquisa, construímos os slides para a segunda parte da Conferência utilizando a seguinte sequência lógica para cada uma das 13 hipóteses sobre o Golpe internacional levantadas: hipótese; trecho da fala da aula inaugural da Presidenta Dilma; prints de notícias; citações de outros autores; mapas, infográficos, tabelas, usando a marcação lateral com a tag da cor de cada categoria temática – Geopolítica, Corrupção, Financeirização, Política Social, Crise da representação/ anti-política, Estrangeirização. As 13 hipóteses que envolvem a realização do Golpe, que consideramos internacional, são:

Geopolítica

HIPÓTESE 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial;

HIPÓTESE 02: O Golpe é para derrubar a hegemonia dos governos de esquerda na

América latina com Brasil protagonista;

HIPÓTESE 03: O Golpe é para reduzir a influência da China/Eurásia nos mercados emergentes;

HIPÓTESE 04: O Golpe é para diminuir a competitividade das empresas brasileiras nos mercados internacionais;

Corrupção

HIPÓTESE 05: O Golpe é operacionalizado via judiciário/Lava-Jato;

Financeirização

HIPÓTESE 06: O Golpe é financeiro;

Política Social

HIPÓTESE 07: O Golpe é para desmontar as políticas sociais – Saúde;

HIPÓTESE 08: O Golpe é para desmontar as políticas sociais – Educação;

HIPÓTESE 09: O Golpe é para desmontar as políticas sociais – Trabalho;

HIPÓTESE 10: O Golpe é para desmontar as políticas sociais – Previdência;

Crise Política

HIPÓTESE 11: O Golpe é operado via desmonte do sistema democrático;

Estrangeirização

HIPÓTESE 12: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossos recursos naturais;

HIPÓTESE 13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossas empresas estatais e também estrangeirizar as privadas.

Neste artigo, decidimos abordar apenas 4 das 13 hipóteses levantadas. Iremos tratar apenas das HIPÓTESE 01, 06, 12 e 13, pois as consideramos fundamentais para compreensão dos processos de um Golpe tipicamente internacional realizado por blocos geopolíticos hegemônicos que atuam desestabilizando os poderes nacionais de países periféricos para realizar maior acumulação de renda e riqueza (por elites globais) dentro de uma lógica neoliberal, ou seja, em estágio avançado do capitalismo mundial.

Análise de Conjuntura Geopolítica

Em termos gerais, acredita-se que o Golpe de Estado, consolidado sob a máscara de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, foi realizado por meio de articulações internacionais, das quais pode-se apontar, como finalidade principal, a estrangeirização, tanto de recursos naturais, quanto de empresas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas [1]. Para que seja possível elucidar esse processo, é preciso evidenciar cinco percepções tomadas como pressupostos para a investigação recém-iniciada: (i) O neoliberalismo é uma razão do mundo desde o ciclo de globalização pós Segunda Guerra Mundial, atingindo todo o planeta e adotando características singulares em cada país ou bloco político-econômico-social que atravessa; (ii) o Imperialismo com moldes de fortalecimento de Estados-nacionais se enfraqueceu perdendo poder entre os anos 1970 e 2016 e o Império Transnacio-

1. Estas, dentre outras investigações sobre estrangeirização, estão sendo realizadas pela equipe do Projeto de Pesquisa Geopolítica e Território que faz parte das ações do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG.

nal Global se expandiu (envolvendo elites globais configuradas em redes empresariais, financeiras, monarquias, meios de comunicação, principalmente via grupos envolvidos com União Europeia e com os Estados Unidos da América); (iii) a partir do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia) e das eleições de Trump para presidente dos EUA em 2016, houve uma continuidade desta reação conservadora aos processos de globalização neoliberal também em toda Europa, assim como o avanço paralelo da consolidação do bloco Eurasiático (Rússia, China, Irã, Turquia, Síria, etc.) colocando em evidência um certo declínio da hegemonia do Império Transnacional Global e um retorno forte de um discurso conservador em defesa do Estado-nação com características racistas e nativistas (EUA, Itália, Áustria, até mesmo na Holanda); (iv) o avanço do Imperialismo Americano (com Trump no comando), que tem características ao mesmo tempo neoconservadoras e neoliberais, ressurgiu para disputar com o Império Transnacional Global (que possui características progressista para pautas como raça e gênero, e/ou liberdades individuais) e com o bloco Eurasiático (com destaque principalmente para o avanço econômico da China sobre a economia mundial); (v) o Golpe no Brasil em 2016 é importante para a aplicação deste país em um hiper neoliberalismo, com traços neoconservadores e fortes tendências à estrangeirização das riquezas nacionais, dentro de um processo de globalização perversa e desigual, na qual apenas os países hegemônicos, que comandam o processo de internacionalização, acumulam riquezas e renda, espoliando grupos que configuram países periféricos, em desenvolvimento ou emergentes.

Apoiando a investigação sobre estes cinco pressupostos, faz-se necessário compreender alguns conceitos centrais com a finalidade de adentrar questões relativas à percepção de que o Golpe é parte de uma articulação internacional inerente a conflitos geopolíticos globais. São eles: geopolítica; globalização; neoliberalismo; Imperialismo, Império (no ocidente), no Eurásia (oriente).

Geopolítica e Globalização

O conceito geopolítica foi cunhado por Johan Rudolf Kjellén, cientista político, no ano de 1899. No primeiro momento tratava-se de uma articulação entre os termos geografia e política, entretanto, com o passar do tempo, geopolítica deixou de ser considerado como uma simples contração e passou a ser tomado por alguns autores como ação do Estado no espaço ou como algo que diz respeito às disputas complexas de poder no contexto mundial.

Bertha Becker (2005) aponta que a geopolítica sempre foi caracterizada pela presença de pressão de diferentes tipos. Ou seja, a geopolítica trata “de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico.” (BECKER, 2005, p.71). Em um primeiro momento o epicentro desta disputa era o Estado, por

ser entendido como o principal detentor do poder, posteriormente, houve uma extensão do debate para a esfera territorial. Este deslocamento fez com que o conceito passasse a ser cunhado em relação à possibilidade de intervir na tomada de decisão dos Estados sobre os territórios. Neste sentido, ocorre o que pode-se denominar por coerção velada, ou seja, pressões de todo tipo para influir nestas decisões. Estas pressões são aplicadas por redes “desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selecionem territórios para investimentos, seleção que depende também das potencialidades dos próprios territórios”. (BECKER, 2005, p. 71).

Milton Santos, em 1993, já tratava da caracterização do intenso processo de globalização do espaço geográfico via instantaneidade da informação globalizada, antecipando um debate geopolítico envolvendo o que o autor chama de rede global atuando no enfraquecimento do Estado Territorial através de uma mundialização de “todos os indivíduos e de todos os lugares”:

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala do mundo. E, como já não é possível medir a mais-valia, esta, tornada mundial pelo viés da produção e unificada por intermédio do sistema bancário, constitui o motor primeiro. E aí que se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares. O mundo oferece as possibilidades, e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um ‘Exército de reserva de lugares’, senão da produção racionalizada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico. (SANTOS, 1993 apud 2005, p. 146-147).

A imbricação entre os conceitos geopolítica e globalização são, portanto, desde os anos 90 principalmente, uma questão fundamental para a compreensão dos sistema-mundo no qual os blocos hegemônicos mundiais disputam os processos de acumulação capitalista entre si.

O ciclo de globalização contemporâneo teria se iniciado na segunda metade do século XX e conduzido à crescente integração das economias e sociedades, principalmente no que tange à produção de mercadorias e serviços, ao mercado financeiro e à difusão de informações (uso de novas tecnologias de informação e processamentos de dados). Articulada ao neoliberalismo, a globalização provoca um modelo hegemônico do capitalismo que envolve novas relações entre centro e

periferia, modifica a função do Estado interna e externamente, garantindo assim, a expansão do capital financeiro transnacional.

De acordo com Bauman, já em 1999, a globalização é “uma palavra na moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. (...) Todas as palavras da moda têm o mesmo destino: quanto mais experiência pretendem citar, mais opacas se tornam”. (BAUMAN, 1999, p.7).

O autor alerta para o fato de que o uso de conceitos como globalização e universalização, criaram expectativa da produção de uma nova ordem em escala global que suprima o que anteriormente era representado pelo símbolo do Estado. “O significado de ‘Estado’ era precisamente o de um agente que reivindicava o direito legítimo e se gabava dos recursos suficientes para estabelecer e impor as regras e normas que ditavam o rumo dos negócios num certo território.” (BAUMAN, 1999, p.68). Entretanto, em um mundo globalizado e neoliberal, o papel do Estado tem sido constantemente modificado e adaptado à lógica fluida e desprovida de fronteiras. Há uma redistribuição mundial de soberania, poder e liberdade, alcançada com o desenvolvimento tecnológico e com a transformação da relação com o tempo. Frente à essa composição pode-se perceber a forma como, inerente aos processos de globalização, encontram-se privilégios e carência, riqueza e pobreza, recursos e impotência, liberdade e restrição.

Em 2005, Boaventura de Souza Santos afirmava que é com um consenso neoliberal que são gestadas as principais características da globalização contemporânea. Segundo Santos, “o período actual é já designado por pós-Consenso de Washington. No entanto, foi esse consenso que nos trouxe até aqui e é por isso sua a paternidade das características hoje dominantes da globalização.” (SANTOS, 2005, p.27). Immanuel Wallerstein (2003) já anunciava alguns impasses da globalização em seu texto Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial, publicado no livro coordenado por Theotônio dos Santos - Os impasses da globalização. Hegemonia e contra-hegemonia -:

Quanto ao aspecto da luta de classes mundial, o enfraquecimento dos movimentos anti-sistêmicos (tanto dos velhos quanto dos novos) permitiu que as forças da ordem mundial lançassem uma contra-ofensiva de alguma considerável magnitude. Esta contra-ofensiva tomou a forma, antes de mais nada, da chegada ao poder dos regimes neoliberais (de fato, furiosamente conservadores) na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (Tatcher e Reagan); do chamado Consenso de Washington, que enterrou o ideal do desenvolvimentismo e o substituiu pelo ideal da ‘globalização’, do

vigoroso crescimento do papel e da atividade do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Banco Mundial e da recém-chegada OMC (Organização Mundial do Comércio) - todos eles buscando tolher a capacidade dos Estados das zonas periféricas de interferir no livre fluxo de produtos e sobretudo de capital.

Esta ofensiva mundial tinha três objetivos principais: rebaixar o nível dos salários em todo o mundo; restaurar a exteriorização dos custos de produção, acabando com os sérios impedimentos aos abusos ecológicos; reduzir os níveis tributários mundiais, diminuindo em parte ou totalmente os suprimentos estatais para o bem-estar. Em primeiro lugar, esta ofensiva parecia espetacularmente bem-sucedida, e o slogan tina (there is no alternative) da Sra. Thatcher parecia ter alcançado a vitória. Mas, de fato, quase no final dos anos 1990, esta ofensiva tinha chegado a seus limites políticos.

As desvalorizações monetárias do final dos anos de 1990 na Ásia Oriental e no Sudeste, na Rússia e no Brasil levaram imediatamente ao poder Roh Moo-hyun na Coreia do Sul, Megawati Sukarnoputri na Indonésia, Vladimir Putin na Rússia e Luis Inácio (Lula) da Silva no Brasil. Nenhum destes líderes estava concertado exatamente com as expectativas do Consenso de Washington. (WALLERSTEIN, 2003, p.18-19).

Como lembra Amin (2018), em entrevista para o Instituto Tricontinental pouco antes de sua morte, a globalização é muito mais antiga do que costuma-se observar. De acordo com o autor, trata-se de um importante aspecto do capitalismo que o acompanha há anos, tendo em vista que já a colonização era um tipo de globalização. A globalização conhecida como bipolar, instaurada com o fim da Segunda Guerra Mundial, seria caracterizada, por ele, muito mais como uma espécie de Globalização Negociada, ou seja, governos e povos da URSS, dos EUA, assim como da Ásia e da África, negociaram uma ordem mundial baseada em uma estrutura multipolar.

Segundo Amin (2018), esta estrutura negociada teve diversos desdobramentos, principalmente para a URSS que, além de se dividir em quinze repúblicas, teve parte delas integradas à União Europeia e compondo a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). Diferente do que aponta o senso comum das mídias hegemônicas, a derrota do comunismo não significou uma vitória da social democracia, já que o segundo grupo se tornou social liberal, ou seja, se rendeu à ideia de irreversibilidade do capitalismo, aceitando a implantação de democracias de baixa intensidade ofuscando o que se tinha por política de classes. “Isso significa que tanto os antigos conservadores quanto os antigos socialdemocratas estão agora

em aliança com o Capital Monopolista Global.” (AMIM, 2018).

Seguindo este raciocínio de que a geopolítica contemporânea engloba um processo crescente de globalização desigual, por vezes negociada entre países periféricos emergentes e países centrais hegemônicos, entende-se que o neoliberalismo tem sido o *modus operandi* desenvolvido pelas elites globais dos países centrais para criar uma racionalidade e um conjunto de estratégias para conduzir os fluxos do capital contemporâneo no ocidente ocupando o Estado e alinhando políticas econômicas e sociais de acordo com seus interesses. As sociais democracias ocidentais, mesmo quando com perfil declarado de esquerda ou progressista, levaram à cabo múltiplos procedimentos neoliberais de reforma do Estado para atender às demandas de acumulação do sistema financeiro mundial até o atual momento, conduzindo o sistema de controle, exploração e acumulação de renda e riqueza pelas elites mundiais ocidentais ao esgotamento, o que induziu a uma resposta neoconservadora por parte de grande parte das elites locais, muitas vezes com apoio popular (vide a votação pelo Brexit na Inglaterra, por Trump nos EUA e por Bolsonaro no Brasil).

Neoliberalismo

TINA ou “There is no alternative”, foi assim que o processo de neoliberalização se consagrou como um slogan de Margaret Thatcher, Primeira-Ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990. Esse termo significava que não haveria alternativa para os processos sociais, políticos e econômicos no mundo que fosse diferente do conjunto de regras do mercado. Tal lógica, praticamente totalitária, apontava (e aponta) para a ausência de alternativas democráticas, nas quais a sociedade poderia decidir os futuros das políticas em seus países.

Do governo Thatcher surgiram os principais postulados que compuseram a cartilha neoliberal como o desmantelamento das políticas sociais envolvidas numa lógica de bem-estar-social keynesiana, incluindo saúde e educação públicas. Dentro deste pacote neoliberal, também estavam presentes a política de implementação da privatização generalizada, incluindo bancos públicos. Junto de Thatcher, outros políticos adotaram também esta lógica neoliberal para governar, é o caso do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Os dois chefes de Estado difundiram as políticas neoliberais assim como as diretrizes econômicas consideradas como “a única alternativa” à crise do capital dos anos 70 que se estendia aos 80 e 90.

O neoliberalismo é, para Laval e Dardot (2009), uma nova razão do mundo, para Harvey (2012), uma hegemonia discursiva incorporada ao cotidiano, para Hardt e Negri (2001, 2005, 2009), um aparelho Imperial de desterritorialização que incorpora o mundo inteiro. De fato estes autores avançam no debate que lança o neolibe-

ralismo para fora do simples entendimento de que ele seria apenas um estágio avançado do liberalismo, que recusa a presença do Estado como limite ao capital. O mais interessante talvez seja que, para todos eles, além dos processos de tomada do Estado pelo mercado, da privatização dos bens públicos, de precarização das leis trabalhistas, de políticas econômicas de austeridade, o neoliberalismo é um modo de atuação do Estado-capital na construção de novas subjetividades. Estas subjetividades estariam atravessadas pela noção de empreendedorismo individual e competitividade em diversos níveis da vida, incentivando assim, a competição por uma melhor posição econômica e social, induzindo o mundo inteiro a um comportamento empresarial e corporativo, seja como modelo de gestão governamental, seja como modo de vida cotidiana. Trata-se da produção de uma nova subjetividade, de uma subjetivação contábil e financeira que é um modo de subjetivação do capitalismo contemporâneo.

Segundo Harvey (2012), o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe o bem-estar humano como mais bem promovido quando se libera as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Assim, neste contexto, o papel do Estado tem sido o de criar e manter uma estrutura institucional apropriada a essas práticas neoliberais. Para o autor, o neoliberalismo tem se tornado hegemônico nos discursos e passou a afetar modos de viver e pensar:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita destruição criativa, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (HARVEY, 2012, p.12-13)

Novos blocos de poder mundial: entre Imperialismo Neoconservador, Império Transnacional, e Eurásia

Praticamente 10 anos antes de Dardot e Laval publicarem *A nova razão do mundo*, Hardt e Negri (2001) em *Império* já apontavam o sistema neoliberal atuando numa lógica imperial. Para os autores, o Império, diferente do Imperialismo (apoiado no sistema Estado-nação), não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas, pois seria um aparelho de descentralização e desterritorialização global “que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão, já que o Império administra entidades hí-

bridadas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras” (HARDT; NEGRI, 2001, p.12-15). O Império atua em um registro de produção material e imaterial diferente do capitalismo fordista, no qual a mais-valia que era prioritariamente explorada via força de trabalho nas fábricas, atualmente se dá via capital em expansão dirigindo a exploração para todo o território metropolitano, dentro e, principalmente, fora das fábricas. A exploração capitalista atual passa pela captura dos desejos e, neste sentido, todo um sistema simbólico abduz a subjetividade e torna os indivíduos trabalhadores e consumidores obedientes, dentro de um sistema capitalista tipicamente financeiro.

Hardt e Negri (2001) consideram o Império como “uma nova ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando, uma nova forma de supremacia” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 11), em que, num processo intenso de globalização, os Estados-Nação se veem cada vez com menos poder de regular fluxos de produção e troca. Elucida-se, portanto, as subjetividades que animam esta realidade social, e os processos de biopolítica em que o poder do Império atinge a produção da própria vida social, “na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro”. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 13).

Diferentemente do que ocorre no Império, os Estados-Nação, no Imperialismo, representariam o centro absoluto, ou seja, seriam responsáveis pela administração do território e de suas riquezas. Além de contar com um território bem definido e protegido, estes Estados controlam outros territórios extra fronteiriços onde exploram recursos naturais e humanos, já que sua economia é baseada neste sistema de exploração e acumulação. Entretanto, com o avanço do Império transnacional, os Estados-Nação passaram a ocupar função secundária: sua capacidade administrativa e amplitude foram retraídas, sendo apenas (no caso das nações centrais) agentes do poder imperial, que operam em nome da consolidação dos “consensos” (dentro e fora de seus territórios) estabelecidos por instituições de caráter supranacional.” (HARDT; NEGRI, 2001, p.14).

A centralidade do poder pós-moderno é direcionada para os territórios onde o paradigma imperial é estabelecido em sua forma íntegra. Grupos de poder vinculados às nações hegemônicas no mundo ocidental, europeias e norte americanas, reunidas em organizações como a ONU e a OTAN, concentram a maioria das chamadas “cidades globais”, que funcionam como centro de controle de toda economia imperial e também, como polo da produção biopolítica mundial, ou seja, atuam também produzindo subjetividade em escala global. Isso porque, de acordo com Hardt e Negri (2001), os fluxos comerciais, populacionais e informacionais no Império, que compõe a rede do capital internacional, enfraqueceram as fronteiras dos Estados-Nação, de forma que a base da economia do Império acontece devido à atuação de grandes grupos do capital transnacional nos mercados das nações

globalizadas. Esses grupos operam favorecidos pela diminuição do controle dos Estados-Nação sobre seus mercados e, muitas vezes, em parceria com os próprios Estados-Nação, implementando novas regulamentações que propiciem contratos e empreendimentos que reforcem resoluções geopolíticas vantajosas para os grupos econômicos e de poder das elites globais.

A partir da leitura da obra de Hardt e Negri, Pelbart (2003) afirma que o Império, ao contrário do imperialismo, não obedece a fronteiras. Ele engloba o espaço, domina o tempo ao se apresentar como eterno e definitivo e, principalmente, penetra na subjetividade, na inteligência, produzindo desejos. Se os Estados-Nação visavam o domínio sobre um território e a reprodução de riquezas, essa nova ordem globalizada é universal e visa a produção e a reprodução da própria vida em si. Se antes o poder soberano era mantido sobre uma sociedade disciplinar, o novo sistema exerce o biopoder sobre uma sociedade de controle [2].

2. Segundo Pelbart (2003), o biopoder está ligado à mudança fundamental na relação entre poder e vida. Na concepção de Foucault, o biopoder se interessa pela vida, pela produção, reprodução, pelo controle e ordenamento de forças. A ele competem duas estratégias principais: a disciplina (que adentra o corpo e dociliza o indivíduo para otimizar suas forças) e a biopolítica (que entende o homem como espécie e tenta gerir sua vida coletivamente).

Entretanto, para além da análise de Hardt e Negri - feita em um momento de forte pulsão do neoliberalismo e consolidação de um paradigma pós-guerra fria - observam-se atualmente alguns atravessamentos. Considerando principalmente o contexto provocado pela crise financeira mundial de 2008, hoje é possível observar uma configuração geopolítica diversificada. Da mesma forma que a crise de acumulação do final da década de 1990 provocou algumas anomalias geopolíticas em relação ao ideal de globalização neoliberal, após quase uma década de reestruturação, a crise de 2008 retoma uma reconfiguração radical do ambiente geopolítico com o crescimento do poder militar russo e da economia chinesa em escala global. Esta análise permite compreender como, a partir de um certo esgotamento do sistema de acumulação flexível, alguns países de industrialização tardia assumem protagonismo geopolítico por meio de uma atuação política-econômica-militar vinculada a valores e padrões remetentes a um Estado-nação fortalecido, ainda que adaptado ao ambiente financeiro e às práticas políticas neoliberais. Além disso, essa crise acentua também um processo de fortalecimento de grupos conservadores, nos países centrais do capitalismo - até então, ocupados por uma lógica imperial, interessados na retomada de uma atuação imperialista, como forma de resposta à crise econômica e social perpetrada em suas sociedades. Nesse sentido, aponta-se a reemergência de uma prática imperialista por parte dos Estados-Nação situados no centro de um capitalismo imperial. Além disso, destaca-se também a articulação de um terceiro bloco de poder pouco debatido em análises políticas no Brasil, abordado por alguns jornalistas e pensadores contemporâneos, dos quais pode-se citar Pepe Escobar (2016) e Andrew Korybko (2018): a Eurásia. Hibridando uma tradição político-militar histórica e remanescente de períodos de imperialismo a um crescimento econômico fervoroso, impulsionado pela transferência do centro de produção material para o oriente, ambos os autores apontam a emergência de um novo grupo protagonista na geo-

política mundial a partir do fortalecimento do Estado como é o caso do bloco que une China e Rússia, com evidentes articulações políticas, militares e econômicas feitas em torno do continente eurasiático. O exemplo da formação de uma “Nova Rota da Seda” por meio do projeto “One Belt One Road”, envolvendo também o Irã, a Síria e a Turquia, podem configurar um eixo geopolítico em atuais condições de disputar com os outros dois grandes blocos ocidentais: tanto o Império Transnacional Progressista quanto com o Imperialismo Nacionalista Neoconservador aos moldes trumpista. Neste sentido, como parte do desafio de análise geopolítica em desenvolvimento, iniciamos um esboço experimental de um quadro comparativo sobre as principais características destes três grupos supracitados (FIG. 3) a fim de facilitar a compreensão destas relações geopolíticas que compõem as reconfiguradas redes de poder globais, atentando para suas semelhanças e divergências. Faz-se necessário entender que há, geopoliticamente, atritos e aproximações entre tais conjuntos em situações, relações e interesses distintos, de modo que o Golpe agenciado sobre o Brasil está diretamente ligado à disputa travada por esses grupos.

A partir desta análise, é possível indicar uma participação do Brasil neste ciclo que experimentou a contra-hegemonia na geopolítica mundial atuando junto ao Mercosul e à formação dos BRICS. Tendo tido um expressivo desenvolvimento no período dos governos petistas (entre 2003-2016), o Brasil fez parte de diversas movimentações internacionais chaves nesse momento de reconfiguração de forças mundiais. Entretanto, como resposta ou consequência à disputa supracitada, observa-se hoje a retração de boa parte daquilo que se estabeleceu como uma condição para o desenvolvimento nacional nesse período pós Golpe. Tendo uma maior vulnerabilidade geopolítica e uma tradição de subordinação internacional, o Brasil foi alvo de um movimento internacional perverso que hoje nos coloca em situação indefinida frente ao ambiente geopolítico global. Com o fim de uma política de desenvolvimento e defesa da soberania, instaura-se agora, desde o governo golpista de Temer, um estado de anomia, em que os recursos, os mercados, os territórios, e demais ativos brasileiros são postos, com mais evidência, em disputa por estes três grandes grupos preponderantes mundialmente.

Neste sentido, observa-se que existe uma conexão entre as lógicas geopolíticas, territoriais e de poder que envolvem processos estratégicos e hegemônicos de globalização por meio da ocupação do Estado pela lógica empresarial via neoliberalismo, assim como constituições de redes de poder globais que podem ser denominadas como Império, com intenção clara de desestabilização dos Estados-Nacionais ou de qualquer lógica que envolva a soberania nacional. A produção de subjetividade em escala global, promovida, principalmente, pelos novos meios técnico-científicos informacionais, acelera enormemente a globalização, gerando intensos processos de subjetivação via arte, cultura, mídias variadas como redes

Tabela 1. Quadro que configura a hipótese de diferenciação dos três principais blocos de poder mundiais na atualidade: Imperialismo Nacionalista Neoconservador (no ocidente), Império Transnacional Progressista (no ocidente) e Eurásia (parte da Europa e Ásia).
Fonte: Pesquisa Geopolítica e Territórios/Grupo Indisciplinar UFMG.

	OCIDENTE		ORIENTE
<i>Blocos de poder em disputa global</i>	Imperialismo Nacionalista Neoconservador	Império Transnacional Progressista	Eurásia
<i>Características</i>	Neoconservadorismo Resistência ao capitalismo do Império Global Transnacional Aposta no Estado-nação forte e no nacionalismo Anti-globalização	Neoliberalismo Progressista Envolvendo Redes transnacionais. Esta rede é configurada por: famílias - Rockefellers, etc.; reinados, ex: Príncipe da Holanda; grupos capitalistas como petroleiras, ex: Exxon, BP, Shell, etc.; bancos: Banco da Inglaterra, FED, Banco Mundial, JP Morgan; mídias: Times, New York Times, The Economist, CNN, etc.; empresas de tecnologia “Vale do Silício” (Nasdaq em geral); Universidades (Harvard, MIT, Oxford, etc); circuitos culturais, museus, etc. Aposta na multipolaridade e na integração mundial em rede com enfraquecimento do Estado-nação; globalização perversa	Outra lógica política/ outras Redes Bloco envolvendo países da Europa e da Ásia Nacionalismo Eurasianismo Capitalismo neoliberal e/ou capitalismo de Estado, com foco no fortalecimento do Estado-nação e na formação de um bloco oriental para disputar com redes e países do ocidente
<i>Exemplos de políticos, países e redes</i>	Trump/ EUA Le Penn/ França Orban/ Hungria Salvini/ Itália Bolsonaro no Brasil (com a diferença que é um falso nacionalismo pró EUA comandado pelo grupo neoconservador aliado a Trump) The Movement (Rede coordenada por Steve Bannon com sede em Bruxelas)	União Européia com alguns grupos americanos Bush, Clintons, Obamas/ Estados Unidos Trudeau/ Canadá Macron/ França Famílias Reais: inglesa, holandesa, espanhola, etc. Otacentristas/ Atlanticistas (ex: OTAN, Clube de Bilderberg, Clube de Roma, Comissão Trilateral)	Putin/ Rússia Xi/ China Erdogan/ Turquia Irã UEE (União Econômica Eurasiática) BRICS APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacíficos)

sociais (Facebook, Whatsapp, Twitter, etc) aproveitando-se do enfraquecimento gradual das fronteiras fixas e do poder do Estado, assim como da potência da fluidez das informações em escala global.

O Golpe é internacional e tem como principal característica a Desnacionalização

A seguir o artigo apresenta as 4 hipóteses selecionadas para aprofundamento, parte do conjunto de 13 hipóteses elencadas na introdução do trabalho.

HIPÓTESE 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial

Aqui a gente tem de perguntar: por que é que foi dado o Golpe? O Golpe foi dado, por vários motivos, (...) mas a grande questão é que tinha de enquadrar o Brasil econômica, social e geopoliticamente. O Brasil era a sétima economia, às vezes a gente chegava a sexta, variava, mas nós éramos isso. Esse país que era a sexta ou a sétima economia nadava contra a corrente. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:19 - 1:20)

Elemento recorrente nos pronunciamentos da presidenta Dilma, a colocação do Brasil no cenário internacional durante os governos petistas é matéria de destaque para qualquer análise geopolítica da contemporaneidade, sobretudo quando se trata do Golpe. O protagonismo assumido pelo Brasil em escala global ao longo da última década e o icônico momento em que Barack Obama declarou publicamente que o presidente Lula era “o cara” tem uma razão geopolítica de ser.

A política externa “ativa e ativa”, como classificou o ex-Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, colocou o Brasil em uma posição de grande articulador internacional, assumindo papel decisivo em diversos acordos. Partindo dos princípios e objetivos de um mundo menos assimétrico e mais multipolar, de uma lógica de desenvolvimento das economias periféricas e do fortalecimento das relações Sul-Sul, a diplomacia brasileira se colocou com altivez e independência nos fóruns internacionais, conquistando espaços tais como o Grupo dos 20 (G20) [3] com representação dos chefes de Estado, cuja articulação contou com marcante presença brasileira; a formação de blocos como os BRICS [4]; a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), além de decisivas participações em fóruns econômicos, climáticos, sociais, etc. Esse novo posicionamento do país tem uma grave importância geopolítica: a medida que confere ao Brasil autonomia comercial e política perante o mundo, amplia as condições para seu desenvolvimento. Nesse sentido, serão abordados adiante alguns acordos e formulações decorrentes.

3. Grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo e a União Europeia.

4. BRICS é o acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Juntos, estes países formam um grupo de cooperação política e econômica.

América Latina: CELAC, UNASUL e Mercosul

A importância da América Latina afinal é o nosso espaço geopolítico, econômico, social (...). E isso significou - não só o Mercosul porque o Mercosul já existia. Mas significou a Unasul e a CELAC. A Unasul e a CELAC tinham um problema sério, por que significavam os latino americanos entre si, e não a OEA (...) a OEA congrega, além de nós, os Canadenses e os EUA. A CELAC não, a CELAC é América do Sul, América Central e o Caribe e o México. E tinha um objetivo, construir uma política Latinoamericana, construir um processo em que nós pensássemos a América Latina, não só como espaço de cooperação econômico (...), mas como espaço de uma política econômica de desenvolvimento comum. Não gostaram muito disso não. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:27 - 1:29)

Como mencionado, as relações Sul-Sul foram um eixo orientador para a política externa brasileira no período de governo federal petista. Nesse sentido, a América Latina - como nosso “espaço geopolítico” - tem um papel fundamental, considerando-se o Mercosul, fortalecido neste processo, e a criação da UNASUL e da CELAC. Os dois últimos são locais de cooperação política, sendo a UNASUL composta por países da América do Sul, enquanto a CELAC conta também com a presença dos países caribenhos e da América Central. Tendo atuado como principal articuladora desses dois blocos, a diplomacia brasileira inicia um projeto de posicionamento unitário dos países latino-americanos no cenário político internacional, em oposição a uma lógica de “arquipélago” [5], em que cada país dialoga com o restante do mundo individualmente. Esse processo ocorre paralelamente ao fortalecimento do Mercosul, bloco econômico que visa fomentar as relações comerciais no continente, em oposição a acordos como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), elaborada a partir de uma tradição econômica de dependência das nações latino-americanas em relação aos EUA.

A partir desse processo, o Brasil passa a fortalecer sua posição como grande exportador de produtos manufaturados e serviços para o continente, fomentando a indústria nacional e a geração de renda. A participação brasileira nas exportações de manufaturados para o mundo cresceu de 0,64%, em 2003, para 1,32%, em 2014, enquanto as importações de produtos industrializados caíram de 0,68% para 0,59%, no mesmo período (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.69). A colocação do Brasil como nação progressivamente industrializada, assim como a formação de solidez e independência econômica (a partir de processos como a acumulação de reservas cambiais) nos conferiram um novo posicionamento perante o mundo e uma condição inédita de desenvolvimento que, no período foi representada por

uma taxa de crescimento superior a média do comércio internacional (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.67).

BRICS

Além disso, vocês vão lembrar dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (...), os BRICS foram muito importantes, por quê? Porque os BRICS eram o reconhecimento de que havia uma nova correlação de forças no mundo, e que não era possível o G7, o G7 que incluía só os países desenvolvidos, e que os BRICS faria uma política para os países populosos, de todos os 5 continentes. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:29 - 1:31)

Neste mesmo contexto, outro acontecimento central no desenvolvimento da política externa brasileira, e crucial para o entendimento da conjuntura geopolítica do Golpe, é a constituição dos BRICS. A formação do bloco ocorre em meados de 2006 a partir de reuniões informais entre os chanceleres dos quatro países (inicialmente, apenas Brasil, Rússia, China e Índia participaram das negociações) e, pouco a pouco, encaminha-se para sua consolidação. A realização de encontros oficiais – cuja coordenação fora de responsabilidade do Brasil a partir de 2007 – formaliza o que era apenas um agrupamento do mercado financeiro para designar economias emergentes como um bloco multilateral de cooperação política e econômica entre cinco dos países mais populosos e economicamente proeminentes no mundo [6]. O bloco surge então com os objetivos de se estabelecer uma coordenação política internacional (posicionamento no âmbito do multilateralismo), cooperação econômico-financeira e cooperação multissetorial entre os países, no sentido de se constituir diálogos, políticas e mecanismos voltados para o desenvolvimento e um novo posicionamento dos países emergentes frente ao cenário geopolítico e econômico global. Com a adesão da África do Sul (como S) aos BRICS, o bloco passa a corresponder a 40% da população mundial e cerca de 25% da superfície do planeta, além de representar a junção de cinco grandes economias que, no momento, obtinham ritmos de crescimento expressivos, sobretudo, apostando no fortalecimento de suas cadeias produtivas e no fomento ao consumo de suas grandes populações, tudo isso operado a partir de mecanismos de distribuição de renda e a consolidação de uma grande classe média com padrões de vida progressivamente melhores (MANCIE, 2018).

Em pouco tempo, a partir da realização de encontros anuais de delegações dos cinco países a fim de empreender negociações e debater temas comuns, os BRICS conquistaram grande relevância geopolítica. Destaca-se a participação incisiva do grupo em órgãos como o G20 e a Assembleia Geral das Nações Unidas em defesa de um mundo multipolar, dentre outras questões como a reforma das

7. Informações disponíveis na página web do Itamaraty. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/novo-banco-de-desenvolvimento>> . Acesso em: 11/12/2018.

8. O Petro-Yuan é um sistema de moeda para negociações de petróleo que utiliza a moeda chinesa como base, em detrimento do dólar. Mais informações: <https://www.brasil247.com/pt/247/mundo/349458/China-lan%C3%A7a-petro-yuan-e-amea%C3%A7a-hegemonia-do-d%C3%B3lar.htm>

9. Mais informações: <https://thediplotat.com/2015/04/a-fiber-optic-silk-road/>

Nações Unidas e do Fundo Monetário Internacional. Entretanto, os principais resultados do agrupamento dizem respeito à cooperação econômico-financeira, representada por dois grandes instrumentos instituídos na IV cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza no ano de 2014. Na ocasião, foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) – também conhecido como “Banco dos BRICS” – e o Acordo Contingente de Reservas (ACR). O NBD, primeiro banco multilateral criado desde a Conferência de Bretton Woods, tendo funcionamento similar ao Banco Mundial [7], é voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países emergentes, e contou com um capital subscrito inicial de US\$ 50 bilhões. Enquanto isso, o ACR consiste de um acordo em que os cinco países comprometem-se a disponibilizar reservas cambiais para apoio mútuo em situações de flutuação nos balanços de pagamentos, ou seja, representa uma “blindagem” frente às crises da economia mundial, contando com um aporte inicial de US\$ 100 bilhões.

Dessa forma, estes dois grandes acordos econômico-financeiros entre os países BRICS, subscritos a uma postura soberana assumida por eles frente a economia mundial, têm o papel de desenhar progressivamente um novo cenário baseado na condição para o desenvolvimento a partir das sólidas e crescentes economias de países periféricos, colocado em oposição à lógica perpetrada pela crise econômica mundial de 2008 que vigorava dentre os países desenvolvidos ocidentais. Nesse sentido, algumas iniciativas incipientes merecem destaque, como as sucessivas tentativas destes países (principalmente Rússia e China) de realizar transações comerciais internacionais em moedas alternativas ao Dólar, apostando no chamado sistema “Petro-Yuan” [8], e também, no que se refere a tecnologia, como o “BRICS Cable”. O BRICS Cable é um projeto em construção, anunciado em 2012, que consiste na ligação entre os cinco países por cabos de fibra ótica, com o intuito de viabilizar a comunicação e circulação de dados entre as nações sem a necessidade de se utilizar cabeamento norte americano [9].

Assim, a medida que fortalece-se um projeto contra-hegemônico na geopolítica mundial, crescem também as tentativas de freá-lo. Frente a um galopante aumento da cooperação Sino-Russa em termos econômicos, políticos e militares, observam-se também as insistentes tentativas de interromper esse processo a partir de disputas comerciais, manobras políticas ou mesmo a iminência de conflitos armados em áreas de interesses divergentes. Percebe-se um notável protagonismo imperialista nacionalista e nativista dos EUA de Trump nesse processo, que atualmente recebe grande destaque midiático por conta de sua declarada guerra comercial à China, mas também há de se destacar o papel das grandes empresas representantes do capital transnacional Imperial, principalmente contando com países membros da União Europeia, que em diversas ocasiões figuram represálias políticas e econômicas à ameaçadora influência russa sobre seus mercados e

territórios.

Nesse contexto, entendendo os BRICS como um espaço de instrumentalização dessa cooperação em que fortalecem-se também nações menos poderosas na geopolítica mundial, porém com grande potencial de crescimento – sobretudo Brasil e Índia – operam-se insistentes ataques ao bloco. Para o jornalista e analista geopolítico brasileiro – que vive entre Paris e Moscou – Pepe Escobar, os BRICS se tornam uma “sigla amaldiçoada no eixo Casa Branca-Wall Street” por razões tais como a tentativa de “realizar comércio e negócios em suas próprias moedas, evitando o dólar norte-americano; a criação do banco de desenvolvimento dos BRICS; a declarada intenção de aumentar a integração na Eurásia” (ESCOBAR, 2016), dentre outras mencionadas anteriormente. Nesse sentido, para Escobar, além das fortes investidas operadas diretamente nas fronteiras de Rússia e China e a pressão comercial sobre esses dois atores, para os membros mais frágeis dos BRICS, aplicam-se estratégias mais sutis de desestabilização política e econômica, o que leva o autor a acreditar que o Brasil é alvo de uma “Guerra Híbrida”.

O conceito de Guerra Híbrida aparece, além da análise de Escobar, em diversos textos que tratam dos novos “manuais” de condutas militares utilizados no século XXI – sobretudo sob influência de inteligência norte-americana – que figuraram boa parte das revoluções/trocas de regime recentes no mundo, operadas, muitas vezes, a partir de manifestações da sociedade civil. Utiliza-se aqui a conceituação feita pelo analista político russo Andrew Korybko, em seu livro “Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes”, traduzido em 2018 pela editora expressão Popular (KORYBKO, 2018). Para o autor, a Guerra Híbrida é o modelo que conjuga uma “Revolução Colorida” e uma “Guerra Não-Convencional”. A chamada Revolução Colorida é entendida como a emergência de grandes manifestações de uma sociedade civil insuflada e convocada via internet, que protesta por pautas genéricas como “democracia, liberdade e combate à corrupção”. Por Guerra Não Convencional, define-se a interferência direta de forças políticas sobre uma estrutura de poder de um Estado, de maneira amplamente assimétrica. No livro – publicado pela primeira vez em 2015 – o autor destaca a aplicação desta técnica em conflitos como o da Síria e o da Ucrânia, relacionando-a à inteligência militar norte-americana em aplicação direta em territórios em disputa e/ou fronteiriços em relação à Rússia.

Escobar explora o conceito de Guerra Híbrida para explicar a instabilidade política e econômica provocada no Brasil. Para o autor, a técnica fora utilizada para se realizar um Golpe “soft”, sem a necessidade de violência ou fomento às células de terrorismo urbano, como na Ucrânia. Assim, o que se buscava era “intensificação da propaganda; e a preparação psicológica da população para a rebelião” (ESCOBAR, 2016), estratégias desenvolvidas em diversas frentes. Por um lado, a criação de um estado de incerteza e insegurança institucional, através de denúncias de

10. A denúncia de espionagem fora feita por Edward Snowden através do portal Wikileaks, em meados de 2013. Além disso, o portal denunciou também (em 2009) o chamado “Projeto PONTES”, que consistiu em um programa de treinamento de juízes brasileiros e latino americanos, realizado no Rio de Janeiro por parte da CIA, para a capacitação no combate a “Crimes financeiros e terrorismo”. Mais Informações: <https://www.bbc.com/portuguese/>

corrupção de uma suposta “célula criminosa” dentro da Petrobrás que, como se fez saber após as denúncias de Edward Snowden [10], estava sob espionagem da NSA (Agência de Segurança Nacional dos EUA). Por outro lado, o fomento a grupos da sociedade civil (na lógica das revoluções coloridas), pelo financiamento de movimentos, pela articulação midiática e parlamentar, para criar dentre uma “classe média não engajada” um descontentamento crescente com seus governantes. Assim, é a partir destes instrumentos que Escobar descreve a criação de uma “infra-estrutura social para a mudança de regime” (ESCOBAR, 2016).

HIPÓTESE 06: O Golpe é financeiro

(...) uma coisa é como era na época do Fernando Henrique, outra quando o Lula assumiu: a nossa dívida era denominada em Dólar, portanto nós não tínhamos controle dela. O que nós fizemos desde o dia em que o Lula assumiu até o dia em que eu saí? Nós transformamos a nossa dívida em Real. Dívida em Real quem controla? Nós! (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:18 - 1:19)

Mas tinha uma coisa que incomodava muito. O Brasil tinha três bancos públicos grandes. Um (...) dos maiores, bancos comerciais – empatava com os privados grandes – que era o Banco do Brasil. Até por que durante a crise de 2008, o Banco do Brasil avançou muito, por que os bancos são anticrise, então o banco do Brasil tinha avançado. O maior banco imobiliário, a Caixa. E um banco de investimento, que eles tão corroendo e tirano do funding dele que era (...) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, era um pouco maior que o Banco Mundial. Três Bancos. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:24).

Outra questão explorada nessa análise (e que se relaciona muito com a hipótese anterior), é a dimensão financeira do Golpe. Dois elementos aparecem com protagonismo nas colocações da presidenta Dilma nesse sentido: a dívida pública e os bancos públicos.

Implicando-se diretamente com a questão geopolítica, a dívida pública fora um elemento de importância central nos governos Lula e Dilma. Como mencionado, a partir de 2003, os governos petistas adotaram medidas econômicas no sentido de zerar a dívida externa, que em 2002 representava 32,7% do PIB, além de ser denominada em Dólar (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.68). Com isso, o Brasil se desvencilha da subordinação às exigências do FMI (do qual se tornou credor), e converte toda a sua dívida em Real, conferindo maior controle e soberania frente ao ambiente financeiro internacional.

O segundo elemento que está diretamente relacionado com o desenvolvimento ob-

tido no período, diz respeito ao papel dos bancos públicos. Muito do que se passou no Brasil nas últimas décadas no que se refere a uma melhora das condições de vida da população, a modernização da infra-estrutura nacional e a ampliação do acesso a diversos serviços e bens de consumo deve-se a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF). De um lado, o BNDES teve um papel fundamental como banco de investimento produtivo, aquecendo a indústria nacional, fomentando o desenvolvimento da infra-estrutura e gerando renda e empregos. No período, os desembolsos do banco saltaram de R\$ 35,2 bilhões, em 2003, para R\$ 190 bilhões, em 2014 (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.78), tendo uma participação decisiva na viabilização de programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o Minha Casa Minha Vida, e acumulando um volume de financiamentos superior ao Banco Mundial. Essa atuação do banco fora fundamental para uma rápida recuperação do país frente a crise mundial de 2008, incentivando o setor produtivo nacional e a movimentação do mercado interno de maneira anticíclica.

Em outra frente, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal desempenharam um papel decisivo, sobretudo com relação ao crédito disponível. Como bancos de varejo, Caixa e Banco do Brasil atuaram na disponibilização ampla de crédito consignado para a população, na ampliação e popularização dos serviços bancários, na redução das taxas de juros e spreads bancários em momentos decisivos para a economia do país, sem falar no financiamento direto e disponibilização de crédito em programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida e o Pronaf. No período, o crédito total na economia foi de 25% do PIB, em 2002, para 54,5%, em 2015 (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.78).

Essa atuação dos bancos públicos como garantidores da seguridade social, do desenvolvimento e da ampliação do acesso a diversos bens e serviços se tornou uma verdadeira afronta às práticas tradicionais de mercado. A redução das taxas de juros, por exemplo, foi vista com maus olhos pelo setor financeiro que perderia rentabilidade em seus investimentos. Hoje, portanto, após o Golpe de 2016, enca-minha-se um desmonte e perda de protagonismo dos bancos públicos, evidenciados pela redução nos volumes de investimento, e mesmo pelos ataques políticos constantes a essas instituições, com investigações e denúncias de corrupção e ameaças de privatização no novo governo [11].

HIPÓTESE 13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossos recursos naturais, nossas empresas estatais e também estrangeirizar as privadas.

(...) o quê que pode fazer a cadeia de petróleo e gás? Gerar emprego de ultra qualidade. Extrair petróleo (...) a cinco mil metros da lâmina d'água, com alta temperatura, alta pressão significa alta

11. Lembrando que a construção das 13 hipóteses sobre o golpe parte da fala da presidenta Dilma na aula inaugural do curso que, como método de escrita adotado, dispara comentários e criam as hipóteses, sabe-se que muitos pontos sobre o golpe financeiro não estão abordados neste texto.

tecnologia, significa produto de alta tecnologia, e tudo era pra ser feito aqui, era possível ser feito aqui. Então essa é a segunda etapa do Golpe. (...) Além de acabar e vender partes do pré-sal, etc etc, como agora hoje estavam discutindo a cessão onerosa. São quase 350 bilhões de dólares, é quase isso. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:51 - 1:57)

Além disso, a venda dos blocos do pré-sal! Venda da Embraer! A Embraer concorre em jato médio com a Boeing, em vez da gente fortalecer a Embraer a gente entrega pra Boeing!! Isso é o maior crime cometido. (Dilma, Aula Inaugural Disciplina, 2018, minuto 1:50)

Passados, então, dois anos do Impeachment, alguns efeitos do Golpe ficam evidentes. Tanto naquilo que se refere a um desmonte das bases de desenvolvimento nacional, mencionadas nas hipóteses anteriores, quanto a uma investida direta em direção a expropriação do patrimônio nacional. Assim, o interesse estrangeiro passa a se manifestar diretamente em vários aspectos. O primeiro deles diz respeito àquilo que representa talvez o maior ativo de interesse geopolítico: o petróleo.

Durante os governos do PT, a descoberta de reservas de petróleo na camada do pré-sal aconteceu como grande marco para a exploração de recursos naturais no país. A partir disso, desenvolveu-se um sistema de exploração, baseado no protagonismo da Petrobras, no qual seria utilizada a dimensão estratégica deste recurso para promover o desenvolvimento de diversos setores produtivos, além de financiar a melhoria de serviços públicos como saúde e educação. Destaca-se a elaboração do regime de partilha, com a exigência de uma participação mínima de 30% da estatal brasileira em todos os consórcios de exploração do pré-sal, as exigências de conteúdo local para os fornecimentos e serviços relacionados à cadeia de petróleo e gás, e a aprovação, no governo Dilma, da lei que determina a destinação de 100% dos royalties do pré-sal para os orçamentos da educação e da saúde.

Desde de 2016, várias iniciativas foram tomadas na gestão da Petrobras e da exploração de petróleo como um todo no país (sobretudo do pré-sal) no sentido de se limitar a predominância estatal e flexibilizar os parâmetros em busca de maior “variedade e competição”. No governo Temer, grande destaque foi dado à alteração na política de preços realizada pela gestão de Pedro Parente na Petrobras que, dentre outros fatores, motivou a greve dos caminhoneiros em 2018. Além disso, boa parte daquilo que compôs a base do sistema de exploração instituído nos governos Lula e Dilma foi alvo de muitos debates e alterações substanciais. Destacam-se o fim da exigência de conteúdo local na cadeia de petróleo e gás,

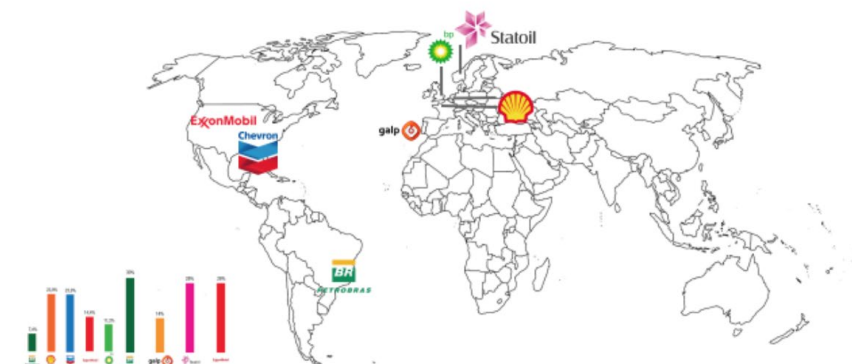
as discussões em torno do fim da exigência de 30% de participação da Petrobras nos consórcios, os debates pela alteração do modelo de partilha, a realização de inúmeros leilões de partilha e concessão, com participação diminuta da empresa brasileira, além da intenção clara e manifesta de membros do governo eleito pela privatização da Petrobras.

Nesse sentido, os leilões de partilha do pré-sal (em que são escolhidos os consórcios para exploração de determinada área) representam muito bem a evolução da participação estrangeira como parte resultante do Golpe de 2016. Desde o início da exploração do pré-sal, várias empresas estrangeiras compuseram os consórcios vencedores, tendo sempre participação expressiva da Petrobras. Até 2016, era pos-

Fig 1. Manchetes de Carta Capital e Folha de São Paulo sobre os últimos leilões do pré-sal.
Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-vitoria-das-estrangeiras-e-derrota-da-petrobras>>. Acesso em: 16/11/2018.
Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/consorcios-liderados-por-exxon-e-shell-levam-maiores-areas-de-leilao-do-pre-sal.shtml>>. Acesso em: 16/11/2018.



Fig 2. Gráfico e mapa elaborado pelos autores contendo percentagem adquirida das reservas leiloadas nas últimas 5 rodadas do pré-sal
Fonte: ANP/Carta Capital. Mais Informações: <https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-vitoria-das-estrangeiras-e-derrota-da-petrobras>



sível verificar empresas chinesas, americanas, europeias, sempre acompanhadas da estatal brasileira na composição dos consórcios. Entretanto, com a mudança de regime, o que se verifica é a progressiva perda de relevância da Petrobras nesses leilões e um crescimento da participação estrangeira, sobretudo de empresas norte-americanas e europeias.

Além do petróleo e da Petrobras, é importante também mencionar as diversas declarações de membros do novo governo (Temer e atualmente Bolsonaro) que apontam uma intenção em privatizar uma série de empresas estatais, dentre elas a Eletrobrás. A empresa pode ser considerada estratégica, uma vez que atua no controle de um recurso fundamental para o desenvolvimento - a energia - e que, associa-se também a gestão das águas, por fazer parte do controle das barragens de usinas hidroelétricas.

Outro ponto de destaque nas declarações da presidenta Dilma é a situação da Embraer. A empresa - privada desde a década de 1990, é hoje a terceira maior de seu setor (atrás apenas de Airbus e Boeing) e uma das maiores exportadoras e mais importantes empresas brasileiras. A União conta, desde sua privatização, com a chamada Golden Share, ou ação de classe especial (assim como em relação à mineradora Vale), que consiste em uma participação acionária que condiciona ao governo brasileiro o poder de influir em decisões estratégicas da empresa. Tal condição é de suma importância, uma vez que a Embraer é responsável, não só por uma produção de altíssima tecnologia, com grande inserção nos mercados internacionais, capacidade de geração de empregos para mão de obra qualificada e desenvolvimento de tecnologia de ponta, mas também, por boa parte do desenvolvimento da tecnologia de defesa nacional. A Embraer é responsável, por exemplo, pela produção do cargueiro militar KC-390, recém desenvolvido, e apontado como potencial competidor do Hercules, da estadunidense Lockheed Martin, que hoje domina o mercado. As Forças Armadas Brasileiras já encomendaram 28 unidades

do cargueiro brasileiro. Além disso, a Embraer participa, junto à empresa sueca Saab, da produção dos caças Gripen, que compõem a frota da aeronáutica brasileira, e também de projetos fundamentais para a soberania militar e territorial, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) [12].

Contudo, após uma série de negociações iniciadas em dezembro de 2017, a Embraer anunciou no dia 17 de dezembro de 2018 a aprovação de um joint venture para a área de aviação comercial com a norte-americana Boeing [13]. O acordo determina que a empresa americana terá 80% da participação na joint venture, frente a 20% da Embraer, passíveis de negociações futuras para compra por parte da primeira. O acordo depende ainda da aprovação do governo federal que, por deter uma golden share, pode vetar a decisão. Entretanto, tanto Temer, quanto o recém eleito Bolsonaro, se mostraram favoráveis às negociações. Com isso, a Boeing passa ter controle sobre o setor de aviação comercial da Embraer, que corresponde à maior parte dos lucros e exportações da empresa atualmente. Além disso, apesar de o acordo não incluir o setor da empresa destinado à defesa, firmou-se também uma segunda joint venture para a participação da Boeing nas vendas do KC-390. Apesar de permanecer independente, a divisão de defesa da Embraer sofre com o acordo por perder potencial de inovação e pesquisa estando agora desvinculada da divisão comercial, que abarca os maiores montantes da empresa.

Além da Embraer, devem-se destacar outras empresas privadas nacionais de caráter estratégico que sofreram com o Golpe de 2016. Muitas empresas brasileiras, sobretudo no ramo da construção civil, tiveram um expressivo crescimento nacional e internacional nos governos petistas. Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, e mesmo o frigorífico JBS, tornaram-se grandes empresas com competitividade mundial. Muitas vezes com apoio do BNDES, essas empresas empreenderam no exterior, abrindo as portas dos mercados internacionais para o Brasil, e fizeram parte também das grandes obras de infra-estrutura em território nacional, do aquecimento da economia e da geração massiva de empregos. Durante o processo jurídico-midiático em que se situa o Golpe de 2016, boa parte dessas empresas perderam expressivamente seus valores de mercado e fecharam inúmeros postos de trabalho e empreendimentos após serem envolvidas em operações e investigações da polícia federal.

Processos como os descritos acima vêm ocorrendo de maneira sistemática no Brasil pós 2016. Seja no que diz respeito à exploração de recursos naturais, à produção de tecnologia, à produção de infraestrutura, etc, é flagrante como vêm-se desestruturando as bases de desenvolvimento nacional por meio da estrangeirização. No período que se configura agora, será necessário acompanhar cada vez mais processos como esses, que tendem à intensificação.

12. Mais informações:

<<https://br.sputniknews.com/>

13. Mais informações:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/dossie-adeus-a-embraer/?fbclid=IwAR04U7cBBaDqmxqTfDR_CtREhtEC7LPieDyVdpu_Xb38la1FYB6bPfYxL-U>

Neste momento, início de 2019, ainda não existem dados concretos levantados para calcularmos o nível de estrangeirização das riquezas e empresas brasileiras mas, vê-se necessário ampliar esta investigação observando com mais afinco, em um banco de dados com informações precisas, como este amplo processo de neoliberalização acomplam-se ao procedimento de estrangeirização através de uma disputa global entre os blocos de poder. Compreender melhor o que ocorria, em termos comerciais no sentido ampliado do termo, que incluiria concessões de territórios para exploração mineral, por exemplo, antes do Golpe de 2016 e depois. Como a hipótese aqui é que há 3 grandes blocos em disputa geopolítica e o Brasil tem sido afetado diretamente por esta disputa, seria necessário compreender como: a China vinha expandindo seu campo de comercialização no Brasil e na América Latina velozmente e o que ocorreu pós Golpe de 2016; como os EUA e a UE ampliam compra de empresas ou substituem as empresas brasileiras por concorrentes de seus países.

Considerações finais

Ainda em processo, a pesquisa desenvolvida pelo projeto Geopolítica e Territórios, que deu origem à aula proferida na Conferência “A dimensão Geopolítica do Golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/estrangeirização”, parte de uma visão geopolítica para iniciar um processo de compreensão sobre como e porquê aconteceu o Golpe no Brasil, consolidado sob a forma de Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Compreende-se que o mundo está imerso em uma lógica de globalização, pautada por uma razão neoliberal, que atinge os países de maneiras e intensidades distintas. O desenvolvimento destes processos (globalização e neoliberalização, assim como estrangeirização) está diretamente relacionado à interesses geopolíticos de grupos de países hegemônicos que disputam entre si sua implementação e formato, visando benefícios próprios. Resumindo, acredita-se que neste momento histórico mundial há três principais blocos travando tal disputa: o Império Transnacional Progressista, o Imperialismo Norte-Americano Neoconservador Nativista - ambos no ocidente - e a Eurásia - no oriente - que, como supracitado, possuem características próprias e atuam de maneira particular neste embate.

Milton Santos em 1993 já se perguntava pelo que caracterizaria naquele momento de globalização o espaço geográfico:

De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia em nível mundial, que é, em última análise, responsável direta ou indireta pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa

unificação se dá em grande parte através do nexó financeiro e conduz a uma reformulação do espaço à escala mundial. (SANTOS, 2005, p. 124)

Vinculadas aos conceitos abordados anteriormente, acredita-se em três razões centrais que levaram ao Golpe no Brasil, cuja principal finalidade era a estrangeirização de bens naturais e empresas nacionais (estatais ou privadas): (i) há um grande interesse mundial nos recursos nacionais, intensificado com a descoberta do pré-sal; (ii) o Brasil, pós 2003, passou a disputar hegemonia mundial; (iii) por meio principalmente do governo Dilma, com destaque para a criação dos BRICS, observou-se uma aproximação deste país com o bloco euroasiático.

Que o território brasileiro é rico em recursos naturais, é de conhecimento praticamente geral, fato que torna o país alvo de uma constante disputa internacional pela exploração de tais bens. Entretanto é preciso compreender que, mais que o desejo pela extração das riquezas naturais (ampliado devido à descoberta do pré-sal), o novo espaço (geopolítico e econômico) assumido pelo Brasil ao longo do século XXI, que o rendeu o sétimo lugar entre as potências econômicas mundiais, aumentou sua visibilidade e, conseqüentemente, o reposicionou ante a disputa mundial. Este novo posicionamento fez com que o Brasil passasse a simbolizar dois elementos geopolíticos principais: por um lado o país representava uma ameaça às outras potências, tendo em vista seu rápido e intenso crescimento, por outro, apresentava-se como alvo de cobiça mundial, através do anseio por estrangeirizações. Cobiça essa estendida para além dos bens naturais, alcançando também as empresas nacionais estatais e privadas. Estrangeirizar recursos e empresas representa, então, uma saída para os dois problemas, pois, além de direcionar os lucros aos países hegemônicos, atua como um agente de enfraquecimento político e econômico do Brasil. Trata-se de um ataque direto à sua soberania.

Por fim, observa-se que, principalmente durante o governo da Presidenta Dilma, o diálogo como bloco eurasiático se intensificou significativamente. A ampliação dos BRICS e a criação do NBD foram ações centrais dentre muitas outras relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia própria e de canais de comunicação entre os países, que levaram à respostas diretas dos outros blocos em disputa e, conseqüentemente, ao Golpe. De acordo com a visão de Korybko (2018), a Eurásia representa o centro da disputa geopolítica mundial e, como indica Escobar (2016), a ofensiva ao Brasil por meio de uma Guerra Híbrida “soft” simboliza um ataque aos BRICS estabelecido, primeiramente, sobre os países mais frágeis da sigla. Diante deste quadro, vale realçar um ponto fundamental: o rápido crescimento do Brasil, somado às alianças estabelecidas pelo país, deveria ter vindo acompanhado por um fortalecimento de sua soberania e bases de defesa, de forma a reduzir sua fragilidade frente às investidas internacionais. Tanto a leitura de Escobar (2016)

quanto a de Korybko (2018), apontam para a escolha de alvos “secundários” como uma forma de “ataque indireto” de acordo com sua vulnerabilidade. José Luis Fiori (2014), em seu livro História, estratégia e desenvolvimento para uma geopolítica do capitalismo, já apontava para os riscos do avanço geopolítico do Brasil:

No século XX, o Brasil deu um passo enorme e sofreu uma transformação profunda e irreversível dos pontos de vista econômico, sociológico e político. No início do século, era um país agrário, com um Estado fraco e fragmentado, e com poderes econômico e militar muito inferiores aos da Argentina. Hoje, na segunda década do século XXI, o Brasil é o país mais industrializado da América Latina e a sétima maior economia do mundo; possui um Estado centralizado e democrático, uma sociedade altamente urbanizada - ainda que desigual - e é o principal player internacional do continente sul-americano. Além disso, é um dos países do mundo com maior potencial de crescimento pela frente se levarmos em conta seu território, sua população e sua dotação de recursos estratégicos, sobretudo se for capaz de combinar seu potencial exportador de commodities com a expansão sustentada do seu próprio parque industrial e tecnológico. Tudo isso são fatos e conquistas inquestionáveis, mas esses fatos e conquistas colocaram o Brasil frente a um novo elenco de desafios internacionais, e hoje, em particular, o país está enfrentando uma disjuntiva extremamente complexa.” (FIORI, 2014, p. 275)

Observa-se que Golpe sofrido pelo Brasil dentro do contexto geopolítico globalizado e neoliberal faz parte de articulações supranacionais realizadas por elites globais que, ao controlar o fluxo de capital no ocidente, tendem a ocupar os Estados-nação, buscando formas de atuação alinhadas a seus interesses políticos, econômicos e sociais. É perceptível que no ocidente até as sociais democracias progressistas, com discursos à esquerda, levam este modelo neoliberal à diante, mesmo que em diferentes intensidades, atendendo às demandas de acumulação e controle (poder) do sistema financeiro mundial. Frente a isso, tem-se observado, em diferentes partes do oeste planetário, reações neoconservadoras que visam um fortalecimento dos Estados-nação como potência contrária ao novo modelo de soberania global caracterizado pelo Império Transnacional, a exemplo do Brexit na Inglaterra, de Trump nos EUA e dos Coletes Amarelos na França. Em relação ao último grupo, têm ocorrido intensas manifestações na capital francesa que articulam membros da extrema esquerda aos de ultradireita atuando em contraponto às políticas neoliberais de Emmanuel Macron, forte títere do Império Transnacional.

O caso do Brasil, por sua vez, apresenta-se complexo. O presidente eleito Jair Bolsonaro pode ser considerado um óbvio representante do grupo dos neoconservadores, alinhado a Trump, à Orban ou a Salvini, tendo Steve Bannon como mediador e articulista deste bloco neocon mundial agora representado pelo The Moviment (com sede em Bruxelas). Entretanto seu posicionamento nacionalista

contraditório, por meio do qual se faz evidente uma sujeição ao governo norte americano, indica fortes vínculos coloniais e imperialistas aos moldes antigos, diferentemente do que se observa nos demais casos mundiais. Mas há que se notar também um alinhamento estabelecido entre o governo Bolsonaro e o que pode ser chamado de grupo ultra neoliberal que se faz cada dia mais claro por meio da escolha do Ministro da Economia Paulo Guedes. Guedes estudou na Universidade de Chicago, cujo nome de grande destaque era Milton Friedman, conhecido como pai intelectual dos Chicago Boys. No período, o futuro Ministro estabeleceu laços com estudantes chilenos que, posteriormente, desempenharam papéis relevantes na ditadura de Augusto Pinochet. No começo dos anos 1980, Guedes trabalhou no Departamento de Economia da Universidade do Chile e, junto aos Chicago Boys e a Pinochet, participou da implementação do que se entende como um dos primeiro exemplos no mundo de extremismo neoliberal. Portanto, o governo Bolsonaro vem apresentando tanto a vertente neoconservadora com discurso nacionalista, como uma vertente neoliberal ligada ao capital do Império Transnacional financeiro em geral, mas progressista nos costumes.

Por fim, em termos de disputa ideológica e geopolítica, é preciso indagar acerca do papel da esquerda neste processo. Qual é o espaço de atuação esperado das esquerdas de diferentes países frente esta crescente onda neoconservadora? Esta pergunta pode ser considerada uma das chaves para se pensar a abordagem da disputa. São muito comuns alianças da esquerda com o bloco globalista do Império Transnacional em defesa de pautas progressistas, entretanto outras associações vêm sendo estabelecidas, como no caso francês, quando a esquerda tem se articulado à ultra direita contra o neoliberalismo. Tendo em vista estas variáveis, deixa-se, aqui, um questionamento no que tange possíveis passos da esquerda, principalmente em termos de Brasil. Frente ao governo neoconservador que aí está, quais devem ser as estratégias e articulações do que entende-se por resistência? Sabe-se que a corriqueira associação da esquerda às elites globais neoliberais (Império) é um caminho contraditório, tal qual o que se dá quando aliada aos neoconservadores (Imperialismo), por outro lado entende-se os riscos e potencialidades de um posicionamento pró Eurásia. Desta forma, é necessário que os pensadores e militantes da esquerda associados aos processos de globalização comandados pelo grupo neoliberal progressista, ou associados a grupos em defesa da soberania nacional ao molde do bolivarianismo, desenvolvam mais análises geopolíticas que permitam uma compreensão ampliada desta situação global e que possa nos munir de informações mais concretas fora da lógica binária direita x esquerda ou imperialismo americano x progressismo global.

Referências

- ASSMAN, H. A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial. Editora Vozes: Petrópolis. 1979.
- BANDEIRA, Moniz. A desordem mundial. O espectro da total dominação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.
- BECKER, B.. Geopolítica da Amazônia. in: ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da guerra híbrida. Jornal de Todos os Brasis. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida-por-pepe-escobar>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- FIORI, José Luís. História, estratégia e desenvolvimento. Para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, D. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Globalização e sua alternativa: uma entrevista com Samir Amin. Tricontinental Cadernos Políticos, n.1, 2018.
- KORYBKO, Andrew. Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MANCIE, Euclides. O Golpe – Brics, Dólar e Petróleo. Passo Fundo: IFIBE, 2018.
- MERCADANTE, Aloízio; ZERO, Marcelo. Um Legado Para o Futuro: governos do PT. São Paulo: : Fundação Perseu Abramo, 2018. 160 p. v. 23g. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/14zYq1ZugiH8H05qPRK5e4QzUMSIkf_bX>. Acesso em: 07 maio 2018.
- PELBART, Peter. Vida capital. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2003.
- ROUSSEFF, Dilma, Aula Inaugural Disciplina “O Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado: Perspectivas jurídicas, filosóficas, políticas e históricas”, 2018.
- SANTOS, Boaventura. A Globalização e as Ciências Sociais. 2a Edição, São Paulo: Organizador, 2002.
- SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005
- WALLERSTEIN, I. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. in: DOS SANTOS, Theotonio (coord.); MARTINS, C.E., SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica. Os impasses da globalização. Rio de Janeiro: Edições Loyola. 2003.

***Natacha Rena** é Doutora e Professora Assistente da Escola de Arquitetura da UFMG. Líder do Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Coordenadora do Programa de Extensão IndLab e dos Projetos de Extensão: Geopolítica e Cidades, Cartografias Emergentes e Plataforma Urbanismo Biopolítico. Editora da Revista Indisciplinar. Participa da Pesquisa Territórios Populares coordenada pelo LabCidade USP e da Pesquisa Geopolítica e Territórios. Editora-chefe da revista de extensão da UFMG - Interfaces -. Participa do Comitê Gestor do CELA - Centro de Estudos Latino-Americanos da DRI - Diretoria de Relações Internacionais da UFMG.

Henrique Porto é graduando no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Bolsista no projeto de pesquisa “Geopolítica e Territórios” e no programa de extensão “Ind.Lab”; ambos vinculados ao “Grupo de Pesquisa Indisciplinar” (UFMG).

Máira Ramírez é arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de São João del Rei e mestranda no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora no “Grupo de Pesquisa Indisciplinar” (UFMG), no “Grupo de Pesquisa Pedagogias do Espaço” (UFSJ) e nos projetos de pesquisa “Geopolítica e Territórios” e “Territórios Populares”; coordenado pelo LabCidade USP. Participa do Programa de Extensão IndLab e dos projetos de extensão “Cartografia das lutas territoriais” e “Geopolítica e Cidades”.

Danilo Caporalli é arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrando no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador no “Grupo de Pesquisa Indisciplinar” (UFMG) e no projeto de pesquisa “Geopolítica e Territórios”. Participa do Programa de Extensão IndLab e do projeto de extensão “Geopolítica e Cidades”.